

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº /15

Autor: Deputado IVAN VALENTE

Requer audiência pública para tratar da atual situação da saúde no país, a partir de um caso concreto, e dos abusos cometidos pelos planos de saúde.

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 24 e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos audiência pública para discutir, a partir de um caso concreto, a regulamentação dos planos de saúde e o Direito a saúde em nosso país com os seguintes convidados:

- Representante do Movimento “Chega de descaso”
- Representante do Ministério da Saúde
- Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
- Representante da UNIMED
- Representante do Ministério Público
- Representante do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC)
- Representante do Conselho Nacional de Saúde
- Representante do Conselho Federal de Medicina

JUSTIFICAÇÃO

O texto abaixo foi publicado na coluna tendências e debates, da folha de São Paulo, no dia 08/02/2015:

“Meu nome é Leandro Farias, tenho 25 anos, e há cinco meses enterrei minha jovem mulher, Ana Carolina Domingos Cassino, 23. Ela foi mais uma vítima de descaso neste país: morreu por causa de uma apendicite – em pleno século 21– após esperar 28 horas por essa simples cirurgia em um hospital particular da Barra da Tijuca, no Rio.

Ana Carolina, como outros 50 milhões de brasileiros, tinha um plano de saúde na falsa certeza de que quando precisasse teria um atendimento digno e humanizado.

A grande mídia detona a saúde pública em seus noticiários e, em seguida, nos empurra goela abaixo propagandas de planos privados, buscando nos fazer acreditar que essa é a solução para todos os nossos problemas. Ledo engano.

O governo, por sua vez, incentiva ainda mais a adesão aos planos de saúde – seja por meio de isenções e incentivos fiscais, seja através de uma agência reguladora.

Essa agência sempre deixou bem claro que tem por objetivo defender os interesses dos grandes empresários da saúde. Basta observar a composição da sua diretoria, formada a partir de indicações do governo, com aprovação do Senado, ocupada por diretores de hospitais particulares, administradoras de benefícios (Qualicorp, por exemplo), entre outros. Sem contar a falta de fiscalização em relação à modalidade dos planos coletivos por adesão.

Os órgãos e instituições públicas da saúde estão contaminados pelos interesses dos grandes empresários. Ministério da Saúde, ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), Conselho Regional de Medicina, Vigilância Sanitária, entre outros, não cumprem com o seu papel e, com isso, cabe ao Judiciário fazer valer o direito à saúde, como consta do artigo 196 da Constituição Federal.

A Justiça fica, com isso, sobrecarregada por demandas que poderiam ser facilmente resolvidas. Faça uma visita ao plantão judiciário de sua região e entenderá do que estou falando. A judicialização da saúde demonstra sua importância, porém não é a única solução. Apenas punir exemplarmente os responsáveis por praticar crimes é enxugar o

gelo. Precisamos conscientizar a sociedade e saber que todos nós temos direitos e deveres.

Nesse sentido surgiu o movimento Chega de Descaso (www.chega dedescaso.com.br), organização da sociedade civil que visa estimular a consciência crítica na sociedade, de maneira a retomarmos a vertente da participação social que vem diminuindo desde a construção do SUS (Sistema Único de Saúde).

Queremos promover um grande debate e uma maior interação entre profissionais de saúde e usuários. Acreditamos que a solução para o problema da saúde está em um SUS público, 100% estatal, universal e de qualidade. Precisamos valorizar a defesa do direito à saúde por meio do fortalecimento das lutas contra a mercantilização desta.

Sabemos que saúde se produz com acesso a recursos, mas para que haja desenvolvimento econômico precisamos de uma população saudável e com qualidade de vida. Nesse cenário, o movimento Chega de Descaso se apresenta como um novo movimento sanitário e convidamos a todos a fazerem parte dessa luta”

O texto acima é de autoria de Leandro Farias, 25, farmacêutico da Fiocruz e integrante do movimento Chega de descaso. Infelizmente, o caso relatado acima não é exceção e casos semelhantes ocorrem em todo o país.

Segundo o PROCON, os Planos de Saúde permaneceram, na última década, no topo do ranking de reclamações dos consumidores. Entre as reclamações que tem chegado justiça, 88% tem obtido ganho de causa a favor do consumidor, comprovando a descumprimento das operadoras com suas obrigações contratuais. Num contexto em que as causas reclamatórias dos consumidores contra os planos de saúde levam um tempo absurdo de 6 a 12 anos para serem avaliadas e julgadas.

Além do PROCON, outro renomado órgão de defesa do consumidor, o IDEC (Instituto Brasileiro de defesa do Consumidor), atuante desde 1987, tem apresentado dados inequívocos dos abusos cometidos pelos Planos de Saúde privados não apenas contra os consumidores, mas também contra a classe dos médicos e demais trabalhadores da área da saúde. Entre as irregularidades apontadas pelo IDEC destacam-se: o descumprimento por parte dos planos de saúde do prazo máximo para marcar consultas; a precariedade em relação a disponibilidade de profissionais na rede credenciada; presença de cláusulas abusivas nos contratos, que excluem ou limitam a cobertura de uma série de procedimento, além dos aumentos abusivos e acima da inflação.

Diante destes fatos, e tendo em vista os abusos cometidos pelos planos de saúde, além dos limites da própria ANS no enfrentamento do problema, requeremos audiência pública para tratar do assunto.

Sala da Comissão, 10 de Março de 2015.

**Deputado Ivan Valente
PSOL/SP**